

## TENDÊNCIAS DA ANÁLISE DO DISCURSO

JOSÉ LUIZ FIORIN  
USP

Para falar em tendências da análise do discurso, é preciso refletir um pouco sobre o objeto desse domínio do conhecimento. Inúmeras disciplinas debruçam-se sobre o texto - a poética, a crítica literária, a hermenêutica - e, por isso, têm o mesmo objeto empírico da análise do discurso. Esta, no entanto, não se confunde com aquelas, pois elas têm distintos objetos reais. Por exemplo, ao contrário da hermenêutica, a análise do discurso não busca "o" sentido verdadeiro do texto, nem "o" seu sentido oculto, nem "a" interpretação nova e inédita destinada a derrubar todas as outras interpretações e todos os outros sentidos. A que visa a análise do discurso, qual a sua especificidade? Afirma Maingueneau que a análise do discurso diz respeito "a objetos ao mesmo tempo integralmente lingüísticos e integralmente históricos. Com efeito, as unidades do discurso constituem sistemas, sistemas significantes, enunciados e, por essa razão, concernem a uma semiótica textual; mas concernem também à história que justifica estruturas de sentido" que se desenvolvem no texto (1984: 6). Nesse sentido, cabe à análise do discurso explicar como o texto diz o que diz e por que o texto diz o que diz. Ela deve explicar o sistema de regras que preside à constituição do sentido, bem como a ordem de necessidades a que o texto responde.

Não há, no entanto, uma análise do discurso; há análises do discurso. Algumas privilegiam os mecanismos internos de constituição do sentido, deixando de lado as relações com a cultura e a história; outras ocupam-se mais das determinações históricas que incidem sobre a linguagem e dão pouca ou quase nenhuma atenção à textualização e à discursivização. Ademais, conforme o aspecto da linguagem que se enfatiza, a disciplina vizinha que fornece conceitos explicativos (psicologia, sociologia, antropologia, etc.) ou o ponto de vista teórico sobre a linguagem, temos também diferentes análises do discurso. Parece-nos, entretanto, que o que unifica todas essas análises do discurso é que o objeto é estudado do pon-

to de vista lingüístico e que a linguagem é vista concomitantemente como mecanismo formal e como continente de determinações pulsionais e sociais. Assim, o que é específico de todas essas análises do discurso é o estudo da discursivização.

Ainda antes de falar em tendências (ou tarefas) da análise do discurso, é preciso discutir um outro ponto: a análise do discurso é também um discurso sobre o discurso e, portanto, ela sofre as mesmas coerções que os demais tipos de discurso. Foucault define o discurso como "um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram, numa dada época e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística determinada, as condições de exercício de uma função enunciativa" (1969:154). Comentando essa passagem diz Maingueneau: "Se o jogo de coerções que definem a 'Langue', a de Saussure e dos lingüistas, que supõe que nem tudo se pode dizer, num outro nível, o discurso supõe, portanto, que no interior de um idioma particular, para uma sociedade, um lugar, um momento definidos, só uma parte do dizível é acessível, que esse dizível forma sistema e delimita uma identidade" (1984:5-6). Vejamos o que se passou no Brasil, nas últimas duas décadas, com aquilo que se poderia chamar, em sentido bastante lato, análises do discurso. Esse período apresenta dois interditos opostos e, por conseguinte, duas prescrições contrárias.

O primeiro interdito, vigente no período da ditadura militar e que, por uma certa inércia, conserva-se ainda em determinados meios acadêmicos, proibia acupar-se do funcionamento interno do texto. A prescrição correlata obrigava a estudar o texto apenas do ponto de vista das determinações sociais. Trabalhar em investigações relativas aos processos lingüísticos de discursivização levava a ser tachado de formalista, epíteto que o vocabulário da época usava para designar um "direitista no campo das Letras". Isso não era estranho. Afinal, não podemos esquecer-nos de que, segundo as teorias conspiratórias da história que pululavam então, o formalismo, o estruturalismo, enfim, todos os estudos lingüísticos que procuravam explicações para os fatos da linguagem no interior da língua estavam a serviço da ditadura militar, eram usados por ela com a finalidade de esvaziar as Letras de seu conteúdo histórico.

Esse interdito gerava duas situações distintas: de um lado, trabalhos que Bakhtin consideraria ideologistas, ou seja, aqueles que se preocupavam em relacionar diretamente, sem nenhuma finura, este ou aquele aspecto do texto com algum traço da vida social; de outro, análises muito finas de texto, que se valiam de todo o aparato analítico desenvolvido pelos formalismos e pelos estruturalismos, mas que, num exercício de preterição demente, negavam a utilização dessas categorias analíticas e

repudiavam o assim chamado “formalismo”.

O mecanismo dessa interdição funcionava da seguinte maneira: os atores são divididos em dois campos, direita e esquerda; o primeiro campo é axiologizado negativamente e o segundo, positivamente; no âmbito das Letras, o primeiro é preenchido semanticamente como formalista e o segundo como historicista. Esse primeiro interdito leva a esquecer que o texto é objeto lingüístico.

Hoje, esboça-se um interdito contrário: é preciso ocupar-se do funcionamento interno do texto, levar em conta que ele é um objeto lingüístico e esquecer-se de que é também um objeto histórico. Esse interdito surge no bojo da onda neo-liberal que parece varrer o mundo e exacerbase com os recentes acontecimentos do Leste europeu, que a formação discursiva não vê como processo em andamento, mas como algo acabado, ou seja, o fim da História com a vitória do capitalismo (nesse discurso, sempre chamado democracia) sobre o socialismo. O mecanismo da interdição funciona do seguinte modo: circunscreve-se esse tipo de análise a um tempo anterior ao agora. Assim como se considera o universo conceitual marxista anacrônico, por não se adequar à realidade, as preocupações historicistas passam a ser inadequadas para a análise do objeto. Essa preocupação com as relações entre discurso e formação social passa a ser coisa de países do Terceiro Mundo, lugares que se acham, do ponto de vista do tempo histórico fixado pelos países capitalistas mais desenvolvidos, num tempo anterior ao da “História”. É bem verdade que para considerar anacrônica a análise marxista do capitalismo foi preciso ocultar um deslocamento do nível de análise, pois enquanto a análise marxista concerne à produção, o discurso liberal diz respeito à circulação. Daí o acento único no mercado, que parece ser uma entidade supra-humana e, portanto, não sujeita a distorções. Volta-se a Adam Smith para quem a “mão invisível do mercado” seria capaz de resolver todos os problemas, do abastecimento às desigualdades sociais. A ênfase no mercado erige como valor supremo e talvez único a eficiência. Seu corolário na análise do discurso é o conhecimento apenas dos mecanismos internos de produção do sentido com vistas ao desenvolvimento das pesquisas em diversas áreas e, principalmente, na área de informática.

Esses dois interditos revelam duas maneiras distintas de ver a História: a luta e o contrato. O discurso da esquerda era polêmico, tinha como modo de narrativização a luta de classes, fundamentava-se no materialismo histórico. No âmbito da análise do discurso reconhecia dois pontos de vista em conflito. Ao discurso contratual do liberalismo subjaz a ideologia dos fundamentos contratuais do Estado e da expressão da vontade nacional. Seu modo de narrativização é a cooperação. No âmbito da

análise do discurso vê apenas um ponto de vista como adequado ao objeto, como expressão da realidade. Não há dois pontos de vista em conflito, pois o outro, de fato, não existe, uma vez que não se adequa ao objeto. O primeiro interdito trabalha com a categoria correto/incorreto; o segundo, com a categoria existente/inexistente. O discurso liberal erige-se como único e, por isso, é um discurso narcísico na medida em que afirma a identidade e nega a alteridade. Trata-se, para usar uma expressão feliz de Eni Orlandi, de um caso de “narcisismo social”.

Há um outro discurso sobre o discurso, que não entra exatamente no âmbito dos dois interditos acima mencionados. É uma nova prática hermenêutica, que vê o texto como símbolo e, por isso, infinitamente interpretável ou, como se diz mais modernamente, desconstruível. De acordo com ela, nada há de denotativo, de literal, de dito. Mostra Umberto Eco que considerar o texto como símbolo (e, nesse sentido, o Texto por excelência são as Sagradas Escrituras) é antiga experiência mística. “Essa disposição para ‘desconstruir’ o texto segundo um modo simbólico (tornar aberto e inexprimível, mas rico de significados possíveis, o que parece vulgarmente literal) não é típico apenas da mística hebraica”, mas também de certas teorias que falam do texto como “lugar de uma infinidade de interpretações, em que, pondo a deriva os significantes, separados de seu significado habitual, realiza-se uma leitura sintomática e transparente e (mesmo em contextos epistemológicos desprovidos da categoria de verdade) delinea-se, indistinguível do próprio ato da leitura, uma certa verdade” (1984:231-232). Essas teorias que parece fazerem do ato da leitura uma experiência mística estão, de certa forma, ligadas a um sentimento de impotência diante do mundo que leva o homem a procurar experiências singulares que o assinalam como um ser diferente num mundo cada vez mais estandardizado. Essas teorias são também um caso de discurso narcísico, pois, na medida em que dizem que o eu determina o sentido do texto, fazem desaparecer o discurso do outro em benefício do discurso do eu. Assim, negam que a significação tenha alteridade.

A discussão dos interditos que pesaram sobre a análise do discurso pretende mostrar que o discurso deve ser visto como objeto linguístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção do sentido e pela estruturação do discurso nem sobre os elementos pulsionais e sociais que os atravessam. Esse dois pontos de vista não são excludentes nem metodologicamente heterogêneos. A pesquisa hoje, de um lado, precisa aprofundar o conhecimento dos mecanismos sintáticos e semânticos geradores de sentido; de outro, necessita compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com ou-

tros textos. Detalhemos um pouco mais essas tendências. É preciso ressaltar que aquilo que aqui aparece isolado está, na verdade, profundamente imbricado.

No domínio da sintaxe do discurso, dois problemas estão a merecer estudos mais acurados: as projeções da enunciação no enunciado e as relações entre enunciador e enunciatário inscritas no texto. O primeiro concerne à temporalização, à espacialização e à actorialização. Não se trata evidentemente apenas de analisar categorias gramaticais que expressam tempo, espaço e pessoa, mas de estudar problemas mais amplos como a questão das vozes (modo de citar o discurso alheio, intertextualidade, interdiscursividade e intersemioticidade); a questão ainda mais ampla da heterogeneidade constitutiva do discurso e da heterogeneidade "mostrada", ou seja, marcada lingüísticamente como tal; a questão da aspectualização, que deve ser vista não apenas como o ponto de vista de um observador sobre o tempo, mas também como um ponto de vista sobre o espaço e o ator; a questão da relação entre competência passional e aspectualização (por exemplo, um ator em cólera aspectualiza o tempo, o espaço e os atores diferentemente de um ator que ama). No âmbito das relações enunciador/enunciatário, é preciso descrever todos os procedimentos argumentativos (argumentação aqui é tomada em sentido amplo, como todos os procedimentos discursivos que visam a fazer crer) que vão do silogismo ao uso de determinada norma lingüística. É necessário descrever ainda as coerções enunciativas derivadas do jogo recíproco da enunciação.

No âmbito da semântica discursiva, além dos mecanismos de tematização e de figurativização, um campo fecundo de pesquisas é o estudo dos simulacros, que são figuras "com cuja ajuda os actantes da enunciação se deixam mutuamente apreender, uma vez projetados no quadro do discurso enunciado. Do ponto de vista do seu conteúdo, essas figuras podem ser consideradas como representativas das competências respectivas que se atribuem reciprocamente os actantes da comunicação." (Greimas e Courtès, 1986:206). O estudo dos simulacros permitirá estudar certos fatos discursivos, como, por exemplo, os atos de linguagem, sem o empirismo ingênuo que emperra toda a sua discussão. Ademais, esses simulacros, similares ao conjunto de imagens de que fala Pêcheux, por permearem inteiramente as relações enunciador/enunciatário, permitem perceber a estratégia de enunciação de que se vale o enunciador. Herman Parret diz que o enunciador é um estrategista. Sua estratégia é determinada por um conjunto de simulacros e tem a finalidade de criar, com procedimentos sintáxicos e semânticos, determinados efeitos de sentido - de realidade ou de verdade - com vistas a fazer crer. Todas essas estratégias enunciativas precisam ser descritas. Temos, por exemplo, efeitos de senti-

do de objetividade em discursos como o científico. Se a objetividade é vista como um efeito de sentido, é considerada como uma estratégia da subjetividade objetivada, um efeito de sentido construído pelo enunciador. Uma outra questão que precisa ser aprofundada é a da semantização do tempo e do espaço, o cronotopo de que falava Bakhtin (1988: 211-212). Essa questão juntamente com a dos actantes da enunciação diz respeito à “cena” que a enunciação supõe.

No que tange à análise das condicionantes históricas que incidem sobre o discurso, criticou-se muito o fosso metodológico que se estabelece entre a análise lingüística e o estudo das circunstâncias históricas em que surge um dado discurso. Uma maneira de evitar essa heterogeneidade metodológica é levar em conta a heterogeneidade constitutiva do discurso, estabelecer o primado do interdiscurso sobre o discurso. As determinações se dão numa relação interdiscursiva, intertextual e intersemiótica. Evidentemente, com isso não se nega a realidade nem se afirma que, em última instância, as coerções sejam meramente lingüísticas. Por outro lado, heterogeneidade discursiva e primado do interdiscurso são termos bastante polissêmicos. Não se pode no espaço desta comunicação discutir com profundidade essa questão. O que se quer apenas é mostrar que “em lugar de conceber os discurso (...) como apreendendo diretamente a realidade e refletindo-a, considerar-se-á que os discursos (...) só apreendem a realidade extralingüística que lhes serve de referência por intermédio de grelhas de leitura (...) que têm o efeito (...) de instaurar um universo circundante como universos significante” (Greimas e Courtès, 1986: 119). em outras palavras, “o discurso não nasce, como em geral se pretende, de algum retorno às coisas (...), mas de um trabalho sobre outros discursos” (Maingueneau, 1987: 89). Essa relação interdiscursiva abrange desde o “saber sócio-cultural comum, que garante aos parceiros da comunicação uma interpretação suficientemente isotópica do contexto extralingüístico (mas não extra-semiótico) no interior do qual a comunicação tem lugar e ganha sentido” (Greimas e Courtès, 1986: 119); como, por exemplo, o saber necessário para entender a frase que Lula disse a Collor num dos debates antes do segundo turno das eleições presidenciais (eu sabia que você era collorido por fora e caiado por dentro) até as grandes coerções históricas que determinam o aparecimento de um dado tema (como, por exemplo, o tema medieval da similitude do universo e do criador que aparece no seguinte terceto de Dante (“Le cose tutte quante/ hanno ordine tra loro/ E questo è forma che l’universo a Dio fa simigliante”). O mundo referencial, as contradições da realidade, etc. só podem ser apreendidos pelo homem quando articulados e semiotizados.

Um outro veio de pesquisas, que será apenas lembrado, é a

questão da textualização em sentido estrito, isto é, da manifestação dos conteúdos discursivos.

A análise do discurso deve ainda revitalizar disciplinas como a lexicologia, pois as palavras gramaticais e lexicais devem ser estudadas "sub specie discursus". As palavras gramaticais devem ser analisadas do ponto de vista das funções interacional e argumentativa; as lexicais como manifestação de um percurso de sentido. Dessa forma, a análise do discurso "exprime o desejo de unificação do logos, que segundo Aristóteles pode ser constituído de uma palavra ou da Ilíada inteira" (Rastier, 1989:8).

Livre dos interditos que pesam sobre ela, a análise do discurso deverá ver o discurso em toda a sua complexidade, objeto lingüístico e cultural. Não descurará da sintaxe e da semântica discursivas, uma vez que o sentido é engendrado por elas. Como diz Cabral, "Em situação de poço, a água equivale/ a uma palavra em situação dicionária:/ isolada, estanque no poço dela mesma, / e porque assim estanque, estancada:/ e mais: porque assim estancada, muda,/ e muda porque com nenhuma comunica, / porque cortou-se a sintaxe desse rio,/ o fio de água por que ele discorria". Mas o mesmo Cabral diz: "acabou vendo Joan Brossa/ que os verbos do catalão/ tinham coisas por detrás,/ eram só palavras não". Hoje sabemos que, numa seqüência histórica, por trás de um discurso há sempre outro discurso. O próprio Evangelho de São João, texto fundamental de nossa cultura, diz que no princípio era o Verbo, isto é, o discurso fundador de uma dada cultura, o ponto inicial de uma série discursiva.

## BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, Mikhail - **Questões de Literatura e de Estética**. São Paulo, Hucitec/EDUNESP, 1988.

ECO, Umberto - **Semiótica e filosofia del linguaggio**. Turim, Einaudi, 1984.

FOUCAULT, M. - **Archéologie du savoir**. Paris, Gallimard, 1969.

GREIMAS, A.J. e COURTES, J. - **Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage**. Tomo II. Paris, Hachette, 1986.

MAINGUENEAU, Dominique - **Genèses du discours**. Liège, P. Mardaga, 1984.

———. - **Nouvelles tendances en analyse du discours**. Paris, Hachette, 1987.

RASTIER, F. - **Sens et textualité**. Paris, Hachette, 1989.